



ELEKTRO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Companhia Aberta - C.N.P.J. nº 02.328.280/0001-97

## OS RESULTADOS DE QUEM DISTRIBUI ENERGIA COM EXCELÊNCIA

- Ativo Total: R\$ 5,8 bilhões
- Receita Bruta: R\$ 6,5 bilhões
- Receita Líquida: R\$ 4,7 bilhões

- EBITDA: R\$ 902,0 milhões
- Lucro Líquido: R\$ 439,0 milhões

- Investimento<sup>1</sup>: R\$ 325,6 milhões
- Volume de fornecimento: 12.917,4 GWh

## Relatório da Administração

### 1. A ELEKTRO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., com sede em Campinas, São Paulo, foi criada em 1998 a partir da privatização do serviço de distribuição da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e fornece energia elétrica para 223 municípios paulistas e 5 municípios sul-mato-grossenses.

Atende em torno de 2,4 milhões de clientes, que corresponde a uma população de cerca de 6 milhões de pessoas em uma área de 120 mil Km<sup>2</sup>, marcada pela diversidade socioeconômica e ambiental, além da descontinuidade geográfica.

A Elektro ocupa a posição de 8ª maior distribuidora de energia do Brasil em GWh (3,0% de market share)<sup>2</sup> e 3ª no Estado de São Paulo (9,5% de market share)<sup>3</sup>. O contrato de concessão foi celebrado em 27 de agosto de 1998 com prazo de 30 anos (até 2028), podendo ser renovado por mais 30, desde que manifestado o interesse com 36 meses antes do término do prazo da concessão atual.

### 2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Elektro é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na CVM e listada na BM&FBOVESPA S.A. sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). É controlada diretamente pela holding Iberdrola Brasil S.A., titular de 99,68% das ações, e indiretamente pela Iberdrola S.A., com sede na Espanha.

A tabela a seguir mostra a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2014:

Acionista	ON	PN	Total
Iberdrola Brasil S.A.	99,97%	99,41%	99,68%
Acionistas Minoritários	0,03%	0,59%	0,32%

### 3. DESEMPENHO COMERCIAL

Em 2014 a Elektro forneceu 12.917 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um aumento no consumo de 3,9% frente a 2013, devido principalmente ao crescimento das classes residencial e comercial, influenciadas pela temperatura média de 1,5° C mais elevada que em 2013. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução de 1,1% no consumo industrial, acompanhando o movimento de arrefecimento econômico do país em 2014.

Em 2014, foram atendidos 67 mil novos clientes pela Companhia, alcançando 2,4 milhões de clientes.

### 4. RESULTADO

Em 10 de dezembro, após a autorização da ANEEL, foi realizada a assinatura do Sétimo Termo Aditivo aos Contratos de Concessão, possibilitando o registro contábil dos Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros no montante total de R\$ 399,7 milhões.

Em 2014, a Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 6,5 bilhões, um crescimento de 34,2% em relação a 2013 devido ao: (i) Reajuste Tarifário de 2014 a partir de 27 de agosto, com incremento médio de 37,78% nas tarifas; (ii) Registro contábil dos

<sup>1</sup> Exclui investimentos realizados com recursos de clientes;

<sup>2</sup> Considerando volume de vendas em GWh acumulado no ano. Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética em dezembro de 2014;

<sup>3</sup> Considerando volume de vendas em GWh acumulado no ano. Fonte: Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo em dezembro de 2014.

Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, ampliando em R\$ 399,7 milhões as Receitas Operacionais; (iii) crescimento no fornecimento de energia a clientes finais de 3,9%, especialmente nas classes residencial e comercial; (iv) incremento de R\$ 234,6 milhões em Outras Receitas. Estes incrementos na receita foram parcialmente compensados pela menor receita do uso do sistema de distribuição, com redução de R\$ 15,9 milhões.

O Custo da Energia Comprada para Revenda registrou incrementos significativos desde o último trimestre de 2012, devido ao maior despacho de usinas térmicas e às compras de energia no mercado spot a elevados preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças). Para reduzir estes impactos, foi repassado à Elektro R\$ 1,06 bilhão via recursos provenientes da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e Conta ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Ainda assim, o aumento nos custos de energia foi de 45,0% frente a 2013. Os custos incorridos até 26 de junho de 2014 foram contemplados no reajuste tarifário da Elektro e serão recuperados ao longo do ano regulatório vigente (de setembro de 2014 a agosto de 2015), já os custos relativos aos períodos posteriores a 26 de junho compõem a conta de Ativos e Passivos Regulatórios, que por sua vez será considerada nos próximos processos tarifários.

O EBITDA de 2014 foi de R\$ 902,0 milhões, o que representa um aumento 39,4% em relação a 2013. A margem EBITDA sobre a Receita Operacional Líquida foi de 19,0% em 2014. O lucro líquido registrado em 2014 foi de R\$ 439,0 milhões, com aumento de 35,6% frente a 2013 e a margem líquida foi de 9,2%.

### 5. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Em 23 de dezembro de 2014, a Elektro distribuiu R\$ 269,3 milhões em Dividendos e JCP, sendo R\$ 163,0 milhões em dividendos referentes ao exercício social de 2013, R\$ 12,7 milhões referentes ao Lucro Líquido do primeiro semestre de 2014 e R\$ 94,1 milhões de Juros sobre o Capital Próprio de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 3,4 milhões a pagar referente a dividendos mínimos obrigatórios.

### 6. ESTRUTURA DE CAPITAL

A Elektro encerrou o ano de 2014 com endividamento líquido de R\$ 1,6 bilhão e endividamento total de R\$ 2,2 bilhões. No mesmo ano a empresa captou o total de R\$ 607,7 milhões, sendo R\$ 400,0 milhões por meio de linhas de financiamento de longo prazo em moeda estrangeira<sup>4</sup> e R\$ 218,7 milhões para financiar seu programa de investimentos, junto a BNDES e FINEP.

Em 03 de julho de 2014, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's reafirmou o rating de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA'. As emissões de debêntures em circulação da Companhia também tiveram seus ratings reafirmados em 'brAAA'.

### 7. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

Em 2014, a Elektro investiu R\$ 325,6 milhões<sup>5</sup>. Este montante representa um incremento de 3,1% em relação aos investimentos de 2013, motivado por programas de investimento em Expansão, Melhorias e Preservação do sistema elétrico, além de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e Frota, fundamentais para garantir a continuidade do negócio. Nos últimos três anos, a Elektro investiu fortemente em

<sup>4</sup> Foi contratada uma operação de swap com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, com o objetivo de eliminar qualquer risco cambial, resultando em uma operação com custo médio final atrelado ao CDI.

<sup>5</sup> Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

tecnologias e equipamentos que garantem a robustez do sistema elétrico, tais como em novas subestações e subestações móveis, digitalização de subestações e na instalação de religadores, sempre visando uma melhoria na qualidade do fornecimento de energia, o que repercutiu no melhor resultado da história da Companhia em relação aos indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), os principais indicadores de qualidade dos serviços prestados.

### 8. RECONHECIMENTOS



**Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e da Região Sudeste, Melhor Responsabilidade Social, Melhor Qualidade da Gestão e Melhor Gestão Operacional:** premiada pela sétima vez como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e também nas categorias de Responsabilidade Social, Qualidade da Gestão e Melhor Gestão Operacional. Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil, promovido pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica). Em 2014, a Companhia também foi finalista nas vertentes de Gestão Econômico-Financeira, Avaliação pelo Cliente e Evolução do Desempenho.



**Prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil (Revista Época/GPTW):** eleita pela segunda vez consecutiva como a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil, segundo o ranking da Revista Época/Great Place to Work. É o quarto ano consecutivo em que a empresa aparece no ranking.

Este prêmio é o reconhecimento de uma cultura voltada para a humanização das relações de trabalho, a valorização dos colaboradores e o zelo pela qualidade do ambiente organizacional.



**Melhor Empresa para Você Trabalhar do País, pela Revista Exame e Guia Você S/A:** eleita pela segunda vez como a Melhor Empresa para Você Trabalhar pela Revista Exame e Guia Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2014, pesquisa de clima organizacional elaborada em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Universidade de São Paulo. A Elektro recebeu a maior nota de satisfação dos funcionários nos 18 anos da pesquisa.



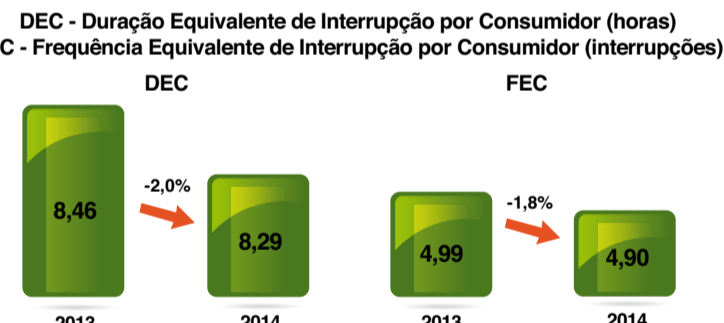
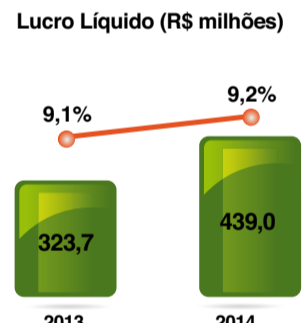
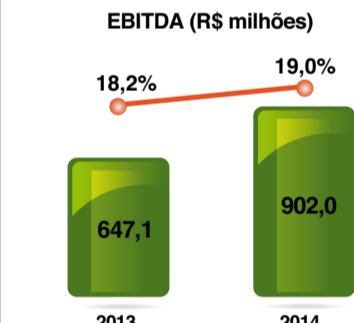
**Prêmio TOP de Sustentabilidade:** premiada como empresa TOP de Sustentabilidade, pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), que reconhece organizações que promovem ações ambientais e sustentáveis para todos os seus públicos de relacionamento.



**Prêmio IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor) 2014:** conquistou pela 5ª vez o Prêmio IASC, resultado da pesquisa junto ao consumidor residencial que a ANEEL realiza anualmente para avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados.



**Prêmio Ibero-americano da Qualidade 2014:** premiada na categoria Ouro foi reconhecida internacionalmente pela primeira vez em sua história. Este prêmio é realizado pela Fundação Ibero-americana para a Qualidade da Gestão (FUNDIBEQ), reconhecendo organizações que adotam as melhores práticas de gestão entre países das Américas Central e Latina, além da Espanha e Portugal.



## Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores em R\$ Milhões)

Balancos Patrimoniais			Demonstração de Resultados		
	31/12/2014	31/12/2013		2014	2013
<b>Ativo</b>			<b>Demonstração de Resultados</b>		
<b>Circulante</b>	<b>2.044,2</b>	<b>1.223,8</b>	Venda de Energia Clientes Finais	5.106,9	4.057,4
Caixa e equivalentes de caixa	578,6	467,6	Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	140,1	156,0
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	740,5	622,4	Receita de construção	295,2	313,3
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	503,0	-	Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	399,7	-
Tributos a compensar	40,6	47,6	Outras Receitas	525,3	290,7
Outros créditos	181,4	86,2	<b>Receitas Operacionais</b>	<b>6.467,2</b>	<b>4.817,4</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.757,7</b>	<b>3.377,6</b>	Deduções às Receitas Operacionais	(1.704,4)	(1.268,0)
Parcelamentos de débitos e supridores	28,0	32,3	<b>Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>4.762,8</b>	<b>3.549,4</b>
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	284,0	-	Energia Comprada para Revenda	(3.012,5)	(2.077,4)
Tributos a compensar	80,8	62,9	Custo de Construção	(295,2)	(313,3)
Depósitos judiciais	102,1	88,6	Gastos e Despesas Operacionais	(705,0)	(658,7)
Tributos diferidos	764,9	828,5	<b>Resultado do Serviço</b>	<b>750,1</b>	<b>500,0</b>
Ativo indenizável (concessão)	700,2	591,0	<b>EBITDA</b>	<b>902,0</b>	<b>647,1</b>
Ativo intangível	1.727,1	1.708,0	Resultado Financeiro	(114,2)	(50,2)
Outros créditos	70,6	66,3	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(196,9)	(126,1)
<b>Total do ativo</b>	<b>5.801,9</b>	<b>4.601,4</b>	<b>Lucro Líquido</b>	<b>439,0</b>	<b>323,7</b>
			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
			<b>Circulante</b>	<b>1.052,3</b>	<b>808,2</b>
			Fornecedores e supridores de energia elétrica	488,0	468,0
			Empréstimos, financiamentos e debêntures	130,8	124,8
			Tributos a recolher	124,0	116,4
			Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros	171,8	-
			Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	54,3	46,9
			Outros passivos	83,4	52,0
			<b>Não circulante</b>	<b>2.529,4</b>	<b>1.740,5</b>
			Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.065,1	1.494,2
			Valores a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros	215,6	-
			Provisão para ações judiciais e regulatórias	219,1	202,7
			Outros passivos	29,6	43,6
			<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.220,2</b>	<b>2.052,8</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.801,9</b>	<b>4.601,4</b>

As Demonstrações Financeiras Completas acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., estão sendo publicadas nesta data, 25 de fevereiro de 2015, no jornal Valor Econômico (edição Estado de São Paulo) e Diário Oficial Estado de São Paulo e já estão à disposição no website da Companhia ([ri.elektro.com.br](http://ri.elektro.com.br)) bem como no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br))

## Distribuir a melhor energia. É assim que a nossa história evolui.

Na Elektro somos mais de 3.700 colaboradores capazes de praticar, melhorar e compartilhar o que sabemos, construindo uma empresa mais humana e sustentável.

Somos a melhor empresa para trabalhar do país, a mais sustentável do setor de energia e a vencedora do Prêmio Iberoamericano da Qualidade. Conquistas que comprovam que felicidade gera resultados.





# ELEKTRO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.  
Companhia Aberta - C.N.P.J. nº 02.328.280/0001-97



## Relatório da Administração 2014

### Senhores Acionistas,

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro"), do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

## 1 Mensagem do Presidente

Um ano de grandes desafios. Assim descrevemos como foi 2014 para nós. Mostramos que é possível ser feliz no trabalho, que distribuímos mais do que energia, que a felicidade gera resultados e que podemos sempre sonhar e realizar. Um ano, em que os princípios e valores que direcionam nossos negócios e relacionamentos permitiram a consolidação da nossa Filosofia de Gestão. Acreditamos que é possível construir a sustentabilidade do negócio por meio da valorização das pessoas e é isso o que nos move a aprender e estimular o desenvolvimento de nossos colaboradores e também das cidades atendidas em nossa área de concessão. Com isso, buscamos encantar nossos acionistas, clientes, comunidade e os demais *stakeholders*.

A atuação dedicada de nossas equipes foi fundamental para o ótimo desempenho operacional de nossa empresa em 2014. Mantivemos nossos investimentos em expansão, manutenção e inovações tecnológicas mesmo em um ano marcado pelos efeitos gerados por altos custos de energia em um cenário macroeconômico desafiador. Seguimos na busca constante pela eficiência otimizando nossos gastos e conquistando melhores resultados. Isso se reflete novamente em nossa Filosofia de Gestão, nossas equipes acreditam, praticam, melhoram e compartilham, assim é possível adicionar valor aos nossos negócios e contribuir com a sociedade. Este ano superamos inúmeros desafios e também fomos reconhecidos. Ser a melhor empresa para trabalhar do Brasil, tanto na pesquisa da Fundação Instituto de Administração (FIA) e da Revista Exame/Guia Você S/A - com 98% de satisfação -, quanto pela Great Place to Work/Revista Época, é motivo de orgulho para todos nós. Os resultados dessas pesquisas foram os melhores da história da Elektro e confirmam que estamos no caminho certo. As pessoas são sempre fonte de transformação, quando motivadas e engajadas são fundamentais para o bom desempenho dos negócios.

A qualidade de nossos serviços também se destacou. Fomos reconhecidos como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, segundo o Prêmio Abradee. Este prêmio é o mais relevante do Brasil para o setor de energia elétrica, pois mede a qualidade de nossos serviços, e também foi motivo de grande comemoração. Além disso, nossa qualidade também foi reconhecida internacionalmente, pela primeira vez em nossa história, por meio do Prêmio Iberoamericano de Qualidade na categoria ouro, entre empresas latino-americanas, portuguesas e espanholas. Este feito é a comprovação de que nossa Filosofia de Gestão é diferenciada, inclusive, em relação a padrões internacionais.

O comprometimento com a inovação de processos e qualidade dos serviços, aliado a nossa filosofia de gestão, também resultou na conquista do título de uma das empresas mais sustentáveis do setor de energia, de acordo com o Guia Exame de Sustentabilidade 2014. Como signatários do Pacto Global, nossas ações são focadas no amanhã, mas contemplam a geração de valor dia a dia. Por isso, investimos no que há de mais moderno em tecnologia para transformar nosso modelo operacional. Um exemplo marcante é São Luiz do Paraitinga, que será uma verdadeira Cidade Inteligente, investindo no que há de mais moderno em tecnologia de distribuição, medição inteligente, geração distribuída, iluminação pública e veículos elétricos para a adoção, em escala real, das tecnologias atuais e emergentes de *smart grid*, onde há eficiência energética, acesso a informações com mais qualidade e precisão, medição de dados de forma inovadora e geração de energia limpa, o que resulta em ganhos para a população, para Elektro e o setor de distribuição de energia. Também focamos nossos processos para promover benefícios aos clientes com equipamentos e instalações robustas e inovadoras, que permitem alcançarmos maior qualidade na distribuição de energia, menor nível de perdas e menores gastos com manutenção, tais como as redes compactas, religadores e *self-healings*.

Essa trajetória positiva também decorre do bom relacionamento com fornecedores. Muitos dos nossos melhores projetos são desenvolvidos em conjunto com eles, que são estimulados e motivados a compartilhar conhecimentos sobre produtos e serviços, especialmente no âmbito do Prêmio Fornecedor Elektro. Novamente, as inovações e tecnologias apresentadas ajudam a promover o nosso setor.

Os avanços são também verificados por meio do relacionamento íntegro, transparente e imparcial que mantemos com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e demais organizações. Em 2014, como resultado de um amplo trabalho promovido pelas distribuidoras em conjunto com associações, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e a ANEEL, a contabilização de valores a receber ou devolver de parcela A e outros itens financeiros passou a ser reconhecida nos resultados das companhias. A mudança permite o reconhecimento dos custos adicionais incorridos com a compra de energia nos balanços financeiros, refletindo a real situação econômica das empresas. Nesse novo cenário, nossa geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, e nosso lucro líquido foram, respectivamente, de R\$ 902 milhões e R\$ 439 milhões, crescimento de 39% e 35% em relação aos resultados de 2013. Este nível de resultado operacional reflete diretamente o valor agregado por um amplo trabalho de nossas pessoas.

O ano foi marcado também pela reafirmação da agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) de nosso *rating* de crédito corporativo em brAAA, pelo terceiro ano consecutivo, o melhor da escala nacional, reconhecendo nossa solidez financeira mesmo no cenário macroeconômico e regulatório desafiador do período, quando asseguramos nossa liquidez financeira e mantivemos os níveis de investimentos planejados.

A busca pela sustentabilidade em nosso negócio permanece como prioridade. Nos próximos anos, continuaremos a compartilhar nossa Filosofia de Gestão e a fortalecer esta cultura, em especial, na definição de metas desafiadoras de médio e longo prazo. Acreditamos na transformação da nossa energia em sucesso. Por isso, fomos reconhecidos pela nossa gestão, pela qualidade dos nossos serviços, pelo relacionamento com órgãos reguladores e agentes financeiros, e pela nossa excelência operacional e solidez financeira, consolidando nossa empresa como uma organização sustentável. Isso nos faz ter orgulho da nossa Filosofia de Gestão, que reflete nossa gente e nos leva à nossa visão de ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do Brasil.

**Marcio Fernandes | Diretor-Presidente da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**

## 2 A Elektro e o Mercado de Capitais

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

Acionista	Composição Acionária em 31/12/2014					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
<b>Total</b>	<b>91.880.972</b>	<b>100,00%</b>	<b>101.878.293</b>	<b>100,00%</b>	<b>193.759.265</b>	<b>100,00%</b>
<i>Participação sobre o total de ações</i>		<b>47,42%</b>		<b>52,58%</b>		<b>100,00%</b>

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Artigo 193 § 1º da Lei 6.404/76.

## 3 Relações com Investidores

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* [ri.elektro.com.br](http://ri.elektro.com.br), pelo endereço eletrônico [ri@elektro.com.br](mailto:ri@elektro.com.br) ou pelo telefone (19) 2122-1487.

## 4 Ambiente Econômico

A economia global em 2014 vivenciou momentos de gradual recuperação econômica, o que ainda não ocorreu de forma generalizada e uniforme. Enquanto alguns países apresentaram dados robustos e contínuos de evolução, outros ainda aguardam os efeitos de suas políticas de estímulo e ajustes. Adicionalmente, houve enfraquecimento dos preços de *commodities*, incluindo o petróleo, o que dificultou o equilíbrio econômico de países dependentes destes bens.

A economia brasileira apresentou arrefecimento no nível de atividade, bem como volatilidade nos indicadores macroeconômicos, impactada também pelo período de jogos da Copa do Mundo em que foi verificada a desaceleração no consumo e produção. Com o intuito de estimular o consumo e conter a inflação, foram mantidos, durante quase todo o ano, estímulos a alguns setores da economia, tais como a desoneração fiscal de "linha branca", automóveis, máquinas, equipamentos e tecelagem, bem como a manutenção da taxa de juros e política de incentivo ao crédito.

No âmbito político, o Brasil passou por um movimento comum em períodos de eleição presidencial, quando os investidores aguardam maiores definições para a tomada de decisões. Este sentimento perdurou até o final do ano, quando iniciou movimento inverso após o anúncio da nova equipe econômica federal, que lançou mão de políticas fiscais e monetárias mais restritivas, voltadas para o equilíbrio e crescimento do país.

Em relação ao PIB, houve crescimento de 0,1% no terceiro trimestre de 2014 frente ao trimestre anterior. No que se refere à Balança Comercial, as exportações brasileiras somaram US\$ 225,1 bilhões em 2014, representando uma redução de 6,9% frente ao ano anterior. As importações por sua vez, totalizaram US\$ 229,0 bilhões, com retração de 4,4% em relação a 2013. Dessa forma, a balança comercial registrou déficit de US\$ 3,9 bilhões no período. Segundo o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), este resultado advém da maior retração dos preços das *commodities*, além da retração nas exportações para mercados compradores de produtos brasileiros e também por conta da queda no preço do petróleo.

No período, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 9,3 bilhões, resultado principalmente do maior nível de investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos ao exterior. Em relação ao câmbio, a moeda brasileira apresentou desvalorização de 13,4% frente ao dólar norte-americano, cotada a R\$ 2,6562/US\$ em 31 de dezembro de 2014, contra uma desvalorização de 14,6% no mesmo período de 2013, quando era cotada a R\$ 2,3426/US\$.

Sobre os índices de preço da economia, o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou inflação de 3,69% no acumulado de 2014, retraindo 1,82% em relação a 2013 (5,51%). Já o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 6,41%, 0,5% acima do ano anterior (5,91%), situando-se abaixo do limite superior da meta de inflação, de 6,5%.

Com relação à política monetária, entre 2014 e início de 2015 o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros de 11,00% ao ano para 12,25% ao ano, visando ao controle da inflação. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), por sua vez, aumentou para 5,50% ao ano. Na última ata do Copom, o governo sinalizou possíveis novos aumentos em 2015, em linha com as políticas de estabilização já anunciadas pela nova equipe econômica.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	2014	2013	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ <sup>(*)</sup>	2,6562	2,3426	0,3136
Valorização/(desvalorização) cambial - Real em relação ao dólar	-13,39%	-14,64%	1,25 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	3,69%	5,53%	-1,84 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	6,41%	5,91%	0,5 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	10,84%	8,17%	2,67 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	5,12%	5,00%	0,12 p.p.

(\*) Cotação no encerramento do período.

## 5 Assuntos Regulatórios

Em dezembro de 2014, foi realizada a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, que aprova o reconhecimento dos Valores a Receber ou a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros nos demonstrativos financeiros, uma vez que reconhece não mais haver incertezas significativas sobre o direito de recebimento (ou entrega) de caixa, consequentemente refletindo a real situação econômica da Companhia, dado que foram registrados R\$ 399,7 milhões na Receita Operacional, referente a custos incorridos na distribuição de energia elétrica não contemplados pela tarifa vigente e que são considerados nos processos tarifários subsequentes (para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 5).

### 5.1. Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, Revisão Extraordinária de 2013 e Reajustes Tarifários de 2013 e 2014

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos, além de reajustes anuais entre os anos de revisões, sendo 27 de agosto a data de atualização de suas tarifas.

Em virtude da Lei nº 12.783/13 descrita adiante e no intuito de contemplar na tarifa o efeito da redução dos encargos setoriais (extinção da CCC - Conta de Consumo de Combustíveis, RGR - Reserva Global de Reversão, e redução em 75% na arrecadação da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético), a ANEEL promoveu, em 24 de janeiro de 2013, uma Revisão Tarifária Extraordinária envolvendo todas as distribuidoras do Brasil, na qual as tarifas da Elektro foram reduzidas, em média, em 20,34%, o que, no entanto, não apresentou efeito na Margem Operacional, já que implicou apenas em ajuste dos custos não gerenciáveis (Parcela A).

Em 27 de agosto de 2013 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, que resultou em uma elevação média das tarifas de 8,9%. Este percentual contempla, dentre outros: (i) correção da Parcela B por IGP-M; (ii) atualização dos custos de energia comprada de geradoras; e (iii) devolução de um terço do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 90,7 milhões. A devolução de um terço desses valores já foi realizada por meio das tarifas praticadas desde 27 de agosto de 2012 até 26 de agosto de 2013.

Em 27 de agosto de 2014 ocorreu o Reajuste Tarifário da Elektro, com aumento médio de 37,78% nas tarifas, devido a (i) correção da Parcela B por IGP-M menos Fator - X (Energia Natural Afluente), (ii) devolução da última parcela do componente financeiro referente à postergação da Revisão Tarifária de 27 de agosto de 2011 para 27 de agosto de 2012, atualizado pela Selic, no valor de R\$ 99,8 milhões e (iii) como fator principal, considerou o incremento na ordem de 43% nos custos com a compra de energia frente ao ano anterior, o qual foi parcialmente amenizado por meio dos recursos da CDE e empréstimos governamentais via Conta ACR.

### 5.2. Lei 12.783/13, Decretos 7.945/13, 8.203/14, 8.221/14 e Despacho 4.621/14

O Governo Federal oficializou por meio da Medida Provisória nº 579, assinada em 11 de setembro de 2012 e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a redução nos encargos de energia elétrica (o que resultou na Revisão Tarifária Extraordinária já mencionada, aplicada em 24 de janeiro de 2013) e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vindentes entre 2015 e 2017 (para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 3).

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões e a energia proveniente das concessões renovadas foi distribuída por meio de cotas, que, no entanto, não foram suficientes para suprir as necessidades de mercado de cada distribuidora. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras, com postergações de cronogramas aprovados pela ANEEL e/ou liminares judiciais concedidas para suspensão do início de suprimento dos CCEARs firmados. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, a altos custos. Somam-se a isso as condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, que levaram ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados. Os custos incorridos até 26 de junho de 2014 foram contemplados no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2014, o montante restante de 2014 será contemplado nos processos tarifários subsequentes (maiores detalhes vide nota explicativa nº 23).

Com a intenção de neutralizar parte dos impactos negativos nos resultados e caixa enfrentados nesse período, o governo brasileiro emitiu, em 7 de março de 2014, o Decreto 8.203 que altera o Decreto 7.891 e determina o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras. Desta forma, a contabilização nos custos da Companhia dos recursos cobertos pelos repasses de CDE em 2014 totalizou R\$ 100,1 milhões referente à competência de janeiro de 2014.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos dos custos de energia, foi publicado o Decreto 8.221 que definiu a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - Conta ACR. A Elektro recebeu R\$ 963,2 milhões provenientes destes recursos. Desta forma, até 31 de dezembro de 2014 foi contabilizado na rubrica "Energia comprada para revenda", como redutor de custos de energia, o montante de R\$ 1,06 bilhão, compensando parcialmente os impactos da alta dos custos de energia de janeiro a outubro sobre o caixa da Companhia, uma vez que os Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros foram considerados no resultado a partir de 10 de dezembro (para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 3.3).

### 5.3. 4º Ciclo de Revisão Tarifária

Em 3 de fevereiro de 2015, a ANEEL aprovou a elevação do WACC das distribuidoras de 7,5% para 8,09% a ser aplicado, no caso da Elektro, entre 27 de agosto de 2015 e 27 de agosto de 2019.

### 5.4. Risco de Racionamento

A Elektro, por ser uma empresa distribuidora, depende diretamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração para atender seus consumidores. A matriz energética brasileira é composta principalmente por hidrelétricas, o que implica em uma forte dependência do volume de chuva incidente nos reservatórios e sua capacidade de armazenamento. Devido a baixa afluência ocorrida ao longo de 2014, inclusive no período chuvoso (o ENA - Energia Natural Afluente do mês de Dezembro/14 realizou em 84% da média histórica), atualmente os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste apresentam um baixo índice de volume armazenado (aproximadamente 17% da capacidade). A Companhia espera que seu equilíbrio econômico financeiro seja mantido, mesmo em um cenário de eventuais medidas de redução, racionalização de consumo ou fornecimento de energia.

## 6 Desempenho Comercial

### 6.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

No ano de 2014 a Elektro forneceu 12.917 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando um aumento no consumo de 3,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12.436 GWh).

A temperatura mais elevada em 2014, que superou em 1,5º C a média registrada em 2014 foi o principal fator para o crescimento no consumo das classes residencial, comercial e poder público, com aumento de 5,6%, 8,3% e 6,0%, respectivamente, em relação a 2014.

O consumo cativo da classe industrial, por sua vez, apresentou redução de 1,1% no acumulado anual, quando comparado a 2013. Considerando a totalidade dos clientes industriais, nos mercados livre e cativo, a classe apresentou redução de 2,5% no consumo frente ao ano anterior. Esta variação está em linha com os dados da Produção Industrial Nacional, que segundo o IBGE, apresentou redução de 3,2% em 2014.

O consumo da classe rural cresceu 10,2% no mesmo período. Este crescimento é explicado pelo baixo índice de chuvas, o que resultou na intensificação do uso de sistemas de irrigação.

A classe de serviços públicos apresentou redução de 7,2% no consumo acumulado de 2014. O impacto negativo deve-se à migração de um grande cliente para o mercado livre, que foi faturado parcialmente em 2013 como cliente cativo, elevando a base de comparação e, também, pelo menor volume de bombeamento de água, devido à estiagem.

O crescimento do mercado na área de concessão da Elektro foi de 2,0%. O consumo do mercado cativo cresceu 3,9% enquanto o dos clientes livres reduziu em 3,8%. Em dezembro de 2014 a Elektro faturou 117 clientes no mercado livre, frente a 114 clientes faturados em 2013.

Em dezembro de 2014, foram atendidos 2,4 milhões de clientes, com incremento de 2,8%, representado por 67 mil novos clientes, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O crescimento vegetativo da população da área de concessão e, consequentemente, do número de domicílios ligados à rede elétrica, foram responsáveis pelo aumento na base de clientes da Elektro.

### 6.2. Contratos de Compra de Energia

Em 2014 a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresentou uma insuficiência contratual média anual de 9,3%<sup>2</sup> em 2014, que decorre da combinação dos seguintes efeitos: (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13; (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL; (iii) falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período de julho de 2013 a junho de 2014; (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013; e (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento dos CCEARs devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinações da ANEEL.

A necessidade de contratação de energia decorrente da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente, foi parcialmente atendida através do 13º Leilão de Energia Existente A-0, ocorrido em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed e início de suprimento a partir de maio de 2014, que reduziu em 8,3% as necessidades de 2014. Assim, o suprimento de energia para a Elektro foi realizado (i) 59,2% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,5% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 9,3% decorreram de compras no mercado *spot*, (iv) 2,1% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), (v) 8,9% provenientes de outras fontes, tais como Contratos de Cotas decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13 e de também por compra de energia de Geração Distribuída.

Para os próximos anos, parte do volume necessário para suprir o nosso mercado, já foi adquirido em leilões ocorridos em anos anteriores, assim como nos leilões realizados em 2014 e 2015: (i) 19º Leilão de Energia Nova A-3, ocorrido em 6 de junho de 2014, com a aquisição de 5,77 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2017; (ii) 20º Leilão de Energia Nova A-5, ocorrido em 28 de novembro de 2014, com a aquisição de 119,98 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2019; (iii) 14º Leilão de Energia Existente A-1 ocorrido em 05 de dezembro de 2014, com a aquisição de 27,96 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2015; (iv) 18º Leilão de Ajuste com a aquisição de 51,3 MWmed, sendo: 4,5 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 31 de março de 2015 e 46,7 MWmed de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015; e (v) Alocação de novas cotas de garantia física a partir de 2015 devido ao fim da vigência dos contratos de geração principalmente a partir de julho de 2015. O restante deverá ser contratado através de leilões específicos a serem realizados a partir de 2015, conforme previsto na legislação vigente ou através de outros mecanismos de compra de energia disponíveis.

<sup>1</sup> Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

<sup>2</sup> Poderá sofrer redução retroativa em função do efeito da Liminar nº 0009500-90.2013.4.01.4100 a favor do Consórcio Energia Sustentável do Brasil S/A (ESBR), responsável pela Usina UHE Jirau.

–\* **continuação**

## 7 Resultado

A Receita Operacional Bruta da Elektro foi de R\$ 6,5 bilhões no ano de 2014, registrando crescimento de 34,2% em relação a 2013 (R\$ 4,8 bilhões). Já as Receitas Operacionais Líquidas atingiram R\$ 4,7 bilhões, com incremento de 34,2% em comparação com o acumulado de 2013 (R\$ 3,5 bilhões). As variações observadas devem-se principalmente ao: (i) Reajuste Tarifário aplicado a partir de 27 de agosto de 2014, com incremento médio de 37,78% nas tarifas praticadas; (ii) Registro contábil dos Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, a partir de 10 de dezembro de 2014, com a assinatura do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhecendo as variações tarifárias de acordo com a Orientação Técnica OCPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis no período de competência, ampliando em R\$ 399,7 milhões as Receitas Operacionais; (iii) crescimento no fornecimento de energia a clientes finais de 3,9%, principalmente no consumo das classes residencial e comercial; (iv) incremento de R\$ 234,6 milhões em Outras Receitas, em especial: (a) na contabilização pela CCEE de excedente financeiro referente ao suprimento de energia no montante de R\$ 150,2 milhões; (b) nas subvenções de CDE para subsídio tarifário no valor de R\$ 73,3 milhões e (c) na remuneração do ativo financeiro no montante de R\$ 13,6 milhões; e (v) parcialmente compensados pela menor receita do uso do sistema de distribuição, com redução de R\$ 15,9 milhões.

O Custo da Energia Comprada para Revenda registrou incrementos significativos desde o último trimestre de 2012, devido ao maior despacho de usinas térmicas e às compras de energia no mercado *spot* a preços de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) elevados. De forma a reduzir estes impactos, foram repassados via CDE o montante de R\$ 100,1 milhões, referente à competência de janeiro de 2014 e, adicionalmente, R\$ 963,2 milhões cobrindo parcialmente os custos das competências de fevereiro a outubro do mesmo ano por meio da Conta ACR. Com isso, o total contabilizado como redutor de custos de energia comprada em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 1,06 bilhão.

Assim, o aumento dos custos de energia comprada foi de 45,0% (R\$ 935,2 milhões) no acumulado de 2014 em relação ao ano anterior, devido, dentre outros fatores, ao aumento no custo do despacho térmico, à exposição involuntária e ao crescimento de mercado. Os custos incorridos até 26 de junho de 2014 foram contemplados no reajuste tarifário da Elektro e serão recuperados ao longo do ano regulatório vigente (de setembro de 2014 a agosto de 2015), recompondo o caixa. Os custos relativos aos períodos posteriores a 26 de junho já estão reconhecidos como ativos financeiros e serão considerados nos próximos processos tarifários a serem homologados pela ANEEL.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 705,0 milhões em 2014 frente a R\$ 658,7 milhões em 2013, acompanhando o movimento apresentado pelos índices de inflação do período.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 902,0 milhões, representando um aumento 39,4% em relação ao EBITDA de 2013 (R\$ 647,1 milhões) e elevação da margem EBITDA em relação ao mesmo período (de 18,2% em 2013 para 19,0% em 2014).

Durante o ano de 2014, houve necessidade de recursos financeiros para saldar os gastos com a compra de energia a preços mais altos, bem como todos os demais compromissos financeiros da Companhia. Diante deste cenário, a Elektro manteve sua gestão de caixa prudente visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio, bem como a capacidade de honrar seus compromissos e manter o nível de investimentos. Com isso, apresentou maior saldo médio de dívida, que atrelado ao aumento dos indexadores dessas dívidas (IPCA, IGP-M e CDI), foi um dos principais fatores para o incremento na despesa financeira de R\$ 64,0 milhões em relação ao ano anterior.

Considerando estes fatores, a Elektro registrou lucro líquido de R\$ 439,0 milhões em 2014, com incremento de 35,6% quando comparado a 2013 (R\$ 323,7 milhões) e a margem líquida passou de 9,1% em 2013 para 9,2% em 2014.

Os efeitos da contabilização dos Valores a Receber ou a Devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros mencionados acima não são retroativos a 2013, logo, não estão autorizados ajustes nos resultados de anos anteriores. Contudo, a critério de comparação, se o mesmo efeito fosse aplicável no passado, o EBITDA de 2013 passaria de R\$ 647,1 para R\$ 834,3 milhões, um aumento de 28,9%. Deste modo, em 2014 o aumento comparável no EBITDA seria de 8,1%.

**7.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

Em 23 de dezembro de 2014, ocorreu o pagamento dos Dividendos referentes ao exercício social de 2013, Dividendos Intermediários e Juros sobre Capital Próprio no montante total de R\$ 269,8 milhões, conforme detalhamento: (i) R\$ 163,0 milhões referente ao exercício social de 2013 (deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), conforme aprovado na Assembleia Geral dos Acionistas da Elektro em 20 de março de 2014; e (ii) conforme aprovado em 15 de outubro de 2014 pelo Conselho de Administração, R\$ 12,7 milhões referente ao Lucro Líquido do primeiro semestre de 2014 e R\$ 94,1 milhões de Juros sobre Capital Próprio.

Em 31 dezembro de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 3,4 milhões a pagar referente a dividendos mínimos obrigatórios.

## 8 Estrutura de Capital

A Elektro encerrou o ano de 2014 com endividamento líquido de R\$ 1.617,2 milhões (40,5% maior que a posição encerrada em 31 de dezembro de 2013, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.151,0 milhões), resultado do endividamento total de R\$ 2.195,8 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 578,7 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 6% do endividamento total.

Em 2014, a empresa captou o total de R\$ 607,7 milhões, dos quais R\$ 207,7 milhões para financiar seu programa de investimentos, sendo (i) R\$ 196,7 milhões por meio da nova linha de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social) e (ii) R\$ 11,0 milhões por meio da linha de financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Em junho de 2014, a empresa contratou linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400,0 milhões (US\$ 177,5 milhões) e com prazo de vencimento de 2 anos, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962.

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado desta operação, a empresa contratou *swap* com o mesmo prazo de vencimento e sobre o mesmo valor da operação de empréstimo, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional com um custo médio final atrelado a 103,7% do CDI.

Em continuidade ao Programa Luz Para Todos, no primeiro semestre de 2014 a empresa também assinou dois novos contratos de financiamento com a Eletrobrás com o prazo de 5 anos, no montante total de R\$ 25,1 milhões, cuja liberação dos recursos está prevista para ocorrer em 2015.

Estas captações estão em linha com a política da Companhia de obtenção de endividamento com taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

Modalidade		Indexador	
Debêntures	47,2%	CDI	58,9%
BNDES Finem/Finame	14,9%	IPCA	20,6%
Eletrobras	3,3%	TJLP	15,2%
Finep	2,4%	RGR	3,3%
BEI*	13,0%	Pré-fixado**	2,0%
Arrendamento mercantil	0,9%		
Linha 4131	18,3%		
	<b>100,0%</b>		<b>100,0%</b>

\*Linha contratada em moeda estrangeira com juros pré-fixados e protegida por meio de *swap* para CDI.

\*\*Considera recursos da FINEP sem indexação.

**8.1 Covenants**

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (4131) com o HSBC e Bank of Tokyo Mitsubishi. Conforme detalhado no item 5 deste relatório, em 10 de dezembro de 2014, a ANEEL promoveu assinatura de aditivo aos contratos de concessão com as distribuidoras, possibilitando o registro contábil de Valores a Receber da Parcela A e Outros Itens Financeiros, eliminando a volatilidade dos indicadores financeiros. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos *covenants* financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados da Companhia, que já consideravam estes itens tarifários no cálculo dos seus *covenants*, conforme aprovado em novembro de 2013 em Assembleias Gerais de Debenturistas das 5ª e 6ª Emissões.

Em 31 de dezembro de 2014, o *covenant* Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido, existente em contrato firmado com o BNDES, foi de 0,69 contra um teto estabelecido de 2,5. O indicador EBITDA sobre Despesa Financeira, registrou 8,45 contra um limite mínimo de 2,0. Já o *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA foi de 1,65 de acordo com a definição das Escrituras de Emissões de Debêntures e empréstimos em moeda estrangeira via instrumento de Lei número 4131, e de 1,62 conforme definição constante no contrato do BNDES, contra um limite máximo de 3,0.

## 9 Classificação de Risco

Em 03 de julho de 2014, a agência de classificação de riscos *Standard & Poor's* reafirmou o *rating* de crédito corporativo da Elektro em 'brAAA', mantido desde 1º de julho de 2010, o melhor *rating* da escala de crédito. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reafirmados em 'brAAA'.

## 10 Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

Em junho de 2014, a Elektro contratou três novas operações de *swap* para fazer frente ao montante total de R\$ 400 milhões, contratados junto aos bancos HSBC, Citibank e Bank of Tokyo Mitsubishi com início e vencimento nas mesmas datas dos contratos de financiamento (linha 4131) em moeda estrangeira.

Adicionalmente, a Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013.

O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da CVA.

### 11 Fluxo de Caixa

No acumulado de janeiro a dezembro de 2014 houve geração líquida de caixa no montante de R\$ 111,0 milhões, contra um consumo líquido de caixa de R\$ 115,5 milhões em relação ao mesmo período de 2013. Dentre as principais justificativas destacam-se: (i) captação por meio de instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400,0 milhões; (ii) montante menor realizado com amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil por conta de liquidação de linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira em abril de 2013, impactando a base comparativa entre os dois períodos; (iii) consumo de capital de giro operacional devido principalmente ao incremento de fornecedores e supridores de energia elétrica a pagar, também relacionado ao aumento dos custos de energia. Este efeito foi parcialmente compensado pelo repasse de CDE via conta ACR, referente aos repasses de custo de energia a receber, cujos gastos já foram incorridos no período; (iv) consumo de capital de giro devido a incremento no valor pago de Imposto de Renda; (v) consumo de capital de giro devido ao incremento no pagamento de juros de debêntures.

## Relatório da Administração 2014

### 12 Investimentos e Modernização

Em 2014, a Elektro investiu R\$ 325,6 milhões, dos quais R\$ 9,4 milhões correspondem a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa um incremento de 3,1% em relação aos investimentos registrados em 2013 (R\$ 315,6 milhões, dos quais R\$ 13,3 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes).

Os destaques do programa de investimentos foram:

- R\$ 274,0 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (a) R\$ 137,2 milhões em novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão; (b) R\$ 63,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico; (c) R\$ 51,0 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota; (d) R\$ 22,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas.
- R\$ 42,1 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, sendo: (a) R\$ 39,0 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e (b) R\$ 3,1 milhões referente a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 144 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

Mesmo em um cenário de elevados custos de energia, a Elektro manteve o nível elevado de investimentos, garantindo a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como da geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

## 13 Desempenho Operacional

**13.1. DEC e FEC**

A Elektro mantém forte compromisso com a eficiência e melhoria contínua buscando evolução no seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

Como resultado, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), apresentaram em 2014 os melhores resultados da história da Elektro para ambos. Em dezembro de 2014, o DEC registrou 8,29 horas contra 8,46 em dezembro de 2013 e o FEC registrou 4,90 interrupções contra 4,99 em dezembro de 2013, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Estes resultados refletem a melhoria contínua e estão diretamente relacionados à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes de rede, introdução de processos inovadores de engenharia de distribuição e pela política de investimentos em melhorias que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica.

**13.2. Perdas**

As perdas de distribuição apresentaram ligeira redução quando comparadas aos anos anteriores, registrando índice de 7,18% em dezembro de 2014 em função, principalmente, das ações realizadas para redução das perdas comerciais.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar as perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 677/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 2,20% em dezembro de 2014. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de dezembro de 2014 seria de 9,38%.

## 14 Meio Ambiente

No desempenho das atividades operacionais, a Elektro contempla a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2014, destinou R\$ 70,0 milhões<sup>3</sup> em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

## 15 Reconhecimentos

**Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e da Região Sudeste, Melhor Responsabilidade Social, Melhor Qualidade da Gestão e Melhor Gestão Operacional:** premiada pela sétima vez como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e também nas categorias de Responsabilidade Social, Qualidade da Gestão e Melhor Gestão Operacional. Trata-se do principal reconhecimento do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil, promovido pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica). Em 2014, a Companhia também foi finalista nas vertentes de Gestão Econômico-Financeira, Avaliação pelo Cliente e Evolução do Desempenho.

**Prêmio de Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil (Revista Época/GPTW):** eleita pela segunda vez consecutiva como a Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil, segundo o ranking da Revista Época/Great Place to Work. É o quarto ano consecutivo em que a empresa aparece no ranking. Este prêmio é o reconhecimento de uma cultura voltada para a humanização das relações de trabalho, a valorização dos colaboradores e o zelo pela qualidade do ambiente organizacional.

**Melhor Empresa para Você Trabalhar do País, pela Revista Exame e Guia Você S/A:** eleita pela segunda vez como a Melhor Empresa para Você Trabalhar pela Revista Exame e Guia Você S/A - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2014, pesquisa de clima organizacional elaborada em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), ligada à Universidade de São Paulo. A Elektro recebeu a maior nota de satisfação dos funcionários nos 18 anos da pesquisa.

**Prêmio TOP de Sustentabilidade:** premiada como empresa TOP de Sustentabilidade, pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), que reconhece organizações que promovem ações ambientais e sustentáveis para todos os seus públicos de relacionamento.

**Prêmio IASC (Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor) 2014:** conquistou pela 5ª vez o Prêmio IASC, resultado da pesquisa junto ao consumidor residencial que a ANEEL realiza anualmente para avaliar o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados.

**Prêmio Ibero-americano da Qualidade 2014:** premiada na categoria Ouro foi reconhecida internacionalmente pela primeira vez em sua história. Este prêmio é realizado pela Fundação Ibero-americana para a Qualidade da Gestão (FUNDIBEQ), reconhecendo organizações que adotam as melhores práticas de gestão entre países das Américas Central e Latina, além da Espanha e Portugal.

## 16 Informações sobre Serviços da Empresa de Auditoria Independente da Elektro

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY) foi contratada pela Elektro em 2014 para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas informações trimestrais, assim como para alguns serviços relativos à revisão de informações financeiras constantes em relatórios de uso específico da empresa e suas contrapartes, tendo todos esses serviços a natureza de serviços relacionados à auditoria externa.

Os seguintes serviços relacionados à auditoria externa foram prestados em 2014:

- Em 28 de agosto de 2013 foi contratado o serviço de auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias de 2013. O prazo de contratação foi inferior a 1 ano.
- Em 28 de agosto de 2013 foi contratado o serviço de auditoria do Relatório de Controle Patrimonial de 2013 visando atender as orientações e determinações apresentadas pela ANEEL. O prazo de contratação foi inferior a 1 ano.
- Em 25 de agosto de 2014 foi contratado o serviço de auditoria para revisão do Relatório de Controle Patrimonial de 2012 visando atender as orientações e determinações apresentadas pela ANEEL. O prazo de contratação foi inferior a 1 ano.
- Em 25 de agosto de 2014 foi contratado o serviço de auditoria do Relatório de Sustentabilidade de 2013 baseado no GRI 3.1 e ISAE 3000. O prazo de contratação foi inferior a 1 ano.
- Em 21 de maio de 2014 foi contratado o serviço de auditoria dos Programas de P&D e Eficiência Energética visando fornecer subsídios para a avaliação de resultados e fiscalização dos programas pela ANEEL. O prazo de contratação foi de 1 ano.
- Em 26 de setembro de 2014 foi contratado o serviço de auditoria dos Programas de P&D e Eficiência Energética visando fornecer subsídios para a avaliação de resultados e fiscalização dos programas pela ANEEL. O prazo de contratação foi de 1 ano.

O valor total dos honorários contratados para os serviços descritos acima soma R\$ 1.419 mil. A EY não prestou serviços não relacionados à auditoria externa no exercício de 2014.

A política da Companhia para contratação de outros serviços de seus auditores externos se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

A Companhia obtém do seu auditor independente, ao menos anualmente, comunicação a respeito de todos os relacionamentos entre os auditores independentes e suas entidades associadas, e a Companhia ou pessoas em posições de monitoramento de reporte financeiro, que possa razoavelmente comprometer a sua independência.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços de auditoria externa e/ou relacionados à auditoria externa, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

## 17 Declaração da Diretoria

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às mesmas.

## 18 Resumo do Relatório Anual do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria e Cumprimento Normativo (CAUD) é um órgão interno do Conselho de Administração, de caráter permanente, informativo e consultivo, composto por 3 membros eleitos pelo Conselho de Administração entre seus membros e constituído por decisão do próprio Conselho de Administração de 27 de junho de 2011, que referendou o Regimento do CAUD em 10 de novembro de 2011, determinando os princípios, formas de atuação e o seu regime de funcionamento.

No ano 2013 o Conselho de Administração decidiu alterar o Regimento do CAUD para reforçar suas funções em relação à conformidade aos requisitos legais e práticas de governança aplicáveis e com a prevenção e correção de condutas ilegais ou fraudulentas.

Com respeito à sua composição, ao final do ano 2014 o Conselho de Administração decidiu mudar os cargos dos seus membros nomeando Presidente do CAUD ao conselheiro independente da Companhia o senhor Juan Manuel Eguiaigaray, passando o senhor Eduardo Capelastegui a ser vocal e mantendo como secretário ao senhor Justo Garzón.

São atribuições do CAUD auxiliar o Conselho de Administração na supervisão (i) da integridade das Demonstrações Financeiras e Controles Internos da Companhia, (ii) da conformidade da Companhia com os requisitos legais e regulatórios, (iii) da independência e qualificações do auditor independente externo e (iv) da área de Auditoria e Controles Internos da Companhia. A atuação do CAUD em 2014 foi focada na avaliação de processos de negócio considerados estratégicos, assim como, na eficácia do controle das informações técnicas, econômicas e financeiras disponibilizadas ao mercado, garantindo a exatidão e transparência das mesmas.

Ao longo do ano foram realizadas 8 reuniões que englobaram, dentre outros, a avaliação sobre os Sistemas de Controle e Gestão de Riscos, análise dos trabalhos e Relatórios emitidos pela Auditoria Externa Ernst & Young Auditores Independentes S.S., análise do resumo dos trabalhos e relatórios emitidos pela Auditoria Interna e avaliação dos Resultados da Companhia.

Fundamentando-se nas ações diretamente desenvolvidas por este Comitê ao longo de 2014, bem como na análise das Demonstrações Financeiras e do Relatório emitido pela Auditoria Independente, o CAUD recomendou ao Conselho de Administração, dentro de suas responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, a aprovação das Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Na avaliação do Comitê, não foram detectadas, durante este período, exceções relevantes que possam impactar os resultados financeiros da Companhia.

Respeito aos trabalhos de Auditoria Interna, as ações de melhoria identificadas foram endereçadas às instâncias competentes, tendo sido concluídas, em sua maioria, ao longo do ano, sendo que está contemplado no escopo de trabalho do CAUD para 2015 o acompanhamento das demais ações.

<sup>[1]</sup> Informações não revisadas pelos auditores independentes

# Relatório da Administração 2014

\* continuação

## 19 Balanço Social

1 - Base de Cálculo		2014 Valor (mil reais)			2013 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)		4.762.814		3.549.334			
Resultado operacional (RO)		635.926		449.856			
Folha de pagamento bruta (FPB)		337.365		301.858			
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		30.820	9,14%	0,65%	28.509	9,44%	0,80%
Encargos sociais compulsórios		57.396	17,01%	1,21%	60.813	20,15%	1,71%
Previdência privada		5.179	1,54%	0,11%	5.557	1,84%	0,16%
Saúde		1.783	0,53%	0,04%	21.177	7,02%	0,60%
Segurança e saúde no trabalho		4.839	1,43%	0,10%	3.938	1,30%	0,11%
Educação		26	0,01%	0,00%	656	0,22%	0,02%
Cultura		48	0,01%	0,00%	47	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		2.595	0,77%	0,05%	3.149	1,04%	0,09%
Creches ou auxílio-creche		640	0,19%	0,01%	604	0,20%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados		26.150	7,75%	0,55%	14.012	4,64%	0,39%
Outros		639	0,19%	0,01%	658	0,22%	0,02%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>		<b>130.116</b>	<b>38,57%</b>	<b>2,73%</b>	<b>139.119</b>	<b>46,09%</b>	<b>3,92%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação		955	0,001501747	0,000200512	934	0,00207622	0,000263148
Cultura		2.025	0,003184333	0,000425169	1.970	0,004379179	0,000555034
Saúde e saneamento		-	-	-	-	-	-
Esporte		506	0,00079569	0,00010624	391	0,000869167	0,000110162
Combate à fome e segurança alimentar		-	-	-	-	-	-
Outros		7.521	0,011826848	0,001579108	6.110	0,013582124	0,00172145
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>		<b>11.007</b>	<b>0,017308618</b>	<b>0,002311029</b>	<b>9.405</b>	<b>0,02090669</b>	<b>0,002649793</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)		1.523.535	2,395774037	0,319881272	1.114.426	2,477294957	0,313981722
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>		<b>1.534.542</b>	<b>2,413082654</b>	<b>0,322192301</b>	<b>1.123.831</b>	<b>2,498201647</b>	<b>0,316631515</b>
4 - Indicadores Ambientais		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa		51.630	0,081188966	0,010840267	54.193	0,120467438	0,015268498
Investimentos em programas e/ou projetos externos		18.396	0,028927797	0,003862409	15.729	0,034964522	0,004431536
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>		<b>70.026</b>	<b>0,110116763</b>	<b>0,014702676</b>	<b>69.922</b>	<b>0,15543196</b>	<b>0,019700034</b>
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2014			2013		
Nº de empregados(as) ao final do período		3.713		3.695			
Nº de admissões durante o período		383		432			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		1.416		1.411			
Nº de estagiários(as)		59		31			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		559		535			
Nº de mulheres que trabalham na empresa		481		472			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		16,1%		15,3%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		710		665			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		2,4%		2,3%			
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		66		49			

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		47,5					ND
Número total de acidentes de trabalho		39					36
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apoia	(X) organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 511.747	no Procon 1.287	na Justiça 1.609	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 16%	na Empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 2.557.982			Em 2013: 1.919.334			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	64% governo 8,9% colaboradores(as) 17,2% acionistas 9,9% financiadores			63,3% governo 10,7% colaboradores(as) 16,9% acionistas 9,1% financiadores			

7 - Outras Informações		2014	2013
Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:		341	353
Desconto total na conta de energia elétrica destinado a organizações sem fins lucrativos (R\$ mil):		6.798	5.538

\* Modelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

## Demonstrações Financeiras 2014

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2014	31/12/2013	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante</b>		<b>2.044.225</b>	<b>1.223.769</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.052.387</b>	<b>808.162</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	578.648	467.630	Fornecedores e supridores de energia elétrica	12	488.071	468.013
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	740.544	622.397	Empréstimos e financiamentos	13	65.459	60.871
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	503.016	-	Debêntures	14	65.294	63.933
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014		-	11.363	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	171.745	-
Tributos a compensar	9	40.579	47.552	Tributos a recolher	15	124.072	116.386
Caução de fundos e depósitos vinculados		7.776	8.782	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	54.330	46.913
Outros créditos		173.662	66.045	Obrigações P&D e eficiência energética	18	26.352	8.850
<b>Não circulante</b>		<b>3.757.767</b>	<b>3.377.611</b>	Outros passivos		57.064	43.196
Parcelamentos de débitos e supridores	7	28.024	32.251	<b>Não circulante</b>		<b>2.529.346</b>	<b>1.740.463</b>
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	284.019	-	Empréstimos e financiamentos	13	1.092.596	525.892
Tributos a compensar	9	80.770	62.936	Debêntures	14	972.502	968.276
Caução de fundos e depósitos vinculados		10.471	12.595	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	215.571	-
Depósitos judiciais	10	102.081	88.642	Obrigações P&D e eficiência energética	18	15.346	29.998
Tributos diferidos	26	764.915	828.465	Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	219.088	202.733
Outros créditos		42.159	42.566	Outros passivos		14.243	13.564
Ativo indenizável (concessão)	11.1	700.242	590.951	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.220.259</b>	<b>2.052.755</b>
Ativo intangível	11.2	1.727.147	1.708.026	Capital social	21	952.492	952.492
Imobilizado		17.939	11.179	Reservas de capital		765.882	765.882
<b>Total do ativo</b>		<b>5.801.992</b>	<b>4.601.380</b>	Reservas de lucros		171.422	171.422
				Dividendos adicionais propostos		330.463	162.959
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.801.992</b>	<b>4.601.380</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2014	2013
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	<b>22</b>	<b>4.762.815</b>	<b>3.549.334</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica e operação</b>		<b>(3.558.953)</b>	<b>(2.585.347)</b>
Energia comprada para revenda	23	(3.012.488)	(2.077.278)
Custos operacionais	24	(394.631)	(361.027)
Depreciação		(3.083)	(4.453)
Amortização de ativo intangível	11.2	(148.751)	(142.589)
Custo de construção		(295.195)	(313.272)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>908.667</b>	<b>650.715</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(158.521)</b>	<b>(150.645)</b>
Despesas com vendas	24	(16.522)	(15.504)
Despesas gerais e administrativas	24	(73.572)	(60.539)
Outras despesas operacionais líquidas	24	(68.427)	(74.602)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>750.146</b>	<b>500.070</b>
Resultado financeiro líquido	25	(114.220)	(50.214)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>635.926</b>	<b>449.856</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26	(196.896)	(126.162)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>439.030</b>	<b>323.694</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):</b>			
Preferencial		2.36793	1.74586
Ordinária		2.15267	1.58715

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro/legal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>-</b>	<b>46.576</b>	<b>-</b>	<b>1.936.372</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	323.694	-	-	323.694
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	10.627	10.627
Reclassificação requerida parágrafo 93 d do CPC 33	-	-	-	10.627	-	(10.627)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(46.576)	-	(46.576)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(78.311)	-	-	(78.311)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(93.051)	-	-	(93.051)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(162.959)	162.959	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>-</b>	<b>162.959</b>	<b>-</b>	<b>2.052.755</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	439.030	-	-	439.030
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	1.588	1.588
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	1.588	-	(1.588)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(162.959)	-	(162.959)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(12.687)	-	-	(12.687)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(94.108)	-	-	(94.108)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(3.360)	-	-	(3.360)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(330.463)	330.463	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	<b>-</b>	<b>330.463</b>	<b>-</b>	<b>2.220.259</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (em milhares de reais)

	Notas	2014	2013		Notas	2014	2013
<b>Atividades operacionais</b>				<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>439.030</b>	<b>323.694</b>	Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros		387.316	-
<b>Itens do lucro líquido que não afetam caixa</b>		<b>539.257</b>	<b>407.596</b>	Tributos a recolher		174.877	127.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	38.013	38.991	Imposto de renda e contribuição social pagos		(181.307)	(128.573)
Juros e variações monetárias e cambiais		215.614	134.746	Pagamento de ações judiciais e regulatórias	20	(8.462)	(9.651)
Depreciações e amortizações		151.834	147.042	Plano especial de aposentadoria		(2.926)	(4.854)
Perda/(ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		14.199	10.031	Programa de P&D e eficiência energética		(41.842)	(35.301)
Plano de pensão	19.1	2.407	16.102	Outros passivos		17.103	(5.645)
Plano especial de aposentadoria		37	(3.643)	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>130.876</b>	<b>556.538</b>
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	24.817	25.710	<b>Caixa líquido aplicado nas</b>			

→ \* continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia revisou durante o exercício de 2014 a alocação de determinados gastos com pessoal entre despesas operacionais e custos. Para melhor apresentação e comparabilidade das Demonstrações Financeiras, a Companhia também reclassificou e representa o montante de R\$12.838 de "outras despesas operacionais líquidas" para "custos operacionais" na demonstração do resultado do exercício de 2013.

Desta forma, as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício anterior apresentado.

### 3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA

#### 3.1 Reajuste Tarifário

O reajuste tarifário anual aconteceu no dia 27 de agosto de 2014, conforme previsto no Contrato de Concessão. O reajuste médio foi de 37,78% e permitirá, ao longo do próximo ano regulatório, a recuperação gradual do caixa da Companhia, que apresenta descasamento decorrente dos aumentos nos custos.

#### 3.2 Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13

O Governo Federal oficializou por meio da referida lei, a redução nos encargos de energia elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vencidas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras usinas. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia. Somam-se a isso as condições hidro energéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados, e o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo. O Governo Federal, dentre outras medidas, emitiu os Decretos nº 7.891/13 e nº 7.945/13, que incluíram a possibilidade de repasses de recursos da CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo e cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas (vide nota 23).

#### 3.3 Decretos nº 8.203/14 e nº 8.221/14

Em março, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto nº 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100.161. Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normalizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução nº 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho nº 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR - Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE líquida esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas eram estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuíam nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato.

Os custos cobertos por essa operação deveriam compreender o período de fevereiro a dezembro de 2014, porém foram parcialmente recebidos. Assim, em dezembro de 2014, a Companhia havia recebido R\$ 963.174 (nota 23) para a cobertura de custos. O valor recebido por competência é assim apresentado:

	fevereiro/ 14	março/ 14	abril/ 14	maio/ 14	junho/ 14	julho/ 14	agosto/ 14	setembro/ 14	outubro/ 14	Total
<b>Despacho ANEEL nº</b>	1.256/14	1.443/14	1.696/14	2.866/14	3.017/14	3.588/14	3.968/14	4.288/14	4.657/14	
<b>Valor</b>	305.162	274.914	150.653	88.515	18.550	20.514	17.335	56.555	30.976	<b>963.174</b>

### 4. PRÁTICAS CONTÁBEIS GERAIS

#### a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, torna necessário um exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, segundo avaliação da Elektro, são: registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; custo de energia; vida útil do ativo imobilizado, vida útil da infraestrutura utilizada para cálculo da depreciação regulatória a ser inserida na tarifa e também como base para amortização do intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações Financeiras, estão descritas a seguir.

#### b. Instrumentos Financeiros

A Elektro classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias.

##### b.1) Ativos Financeiros

**Empréstimos e Recebíveis:** O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva, e por qualquer ajuste para redução do seu valor recuperável ou de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos de consumidores, parcelamento de débitos e fornecedores, e os valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros nessa categoria.

**Disponíveis para venda:** O reconhecimento inicial e subsequente é feito pelo valor justo; a Companhia avalia, ao final de cada exercício, se houve perda ou ganho no valor recuperável de seus ativos financeiros e, se aplicável, procede com a respectiva contabilização. A Companhia classifica o ativo indenizável referente à concessão nessa categoria (vide nota 11.1).

**Mantidos para negociação:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principais ativos mantidos para negociação os equivalentes de caixa, caução de fundos e depósitos vinculados (vide nota 6).

##### b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e fornecedores de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros e outras contas a pagar. Os itens objeto de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### c. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas no resultado.

#### d. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando as operações da Companhia e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

### 5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

#### a) Normas aplicadas pela primeira vez em 2014:

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 foram analisados e os impactos estão mencionados a seguir:

A Orientação Técnica OCPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, normatizou o reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica, emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Por conta da alteração nos Contratos de Concessão mencionada na nota 1, a Companhia passou a reconhecer como ativo financeiro e/ou passivo financeiro os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica, que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa em reajuste ou revisão tarifária futuros, relativos à Parcela A da tarifa e outros itens financeiros. Os impactos da aplicação desse pronunciamento nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 foi o reconhecimento de valores a receber e a devolver de Parcela A e outros itens financeiros em contrapartida da receita de vendas no montante líquido de R\$ 399.719 (vide nota 8).

O aditamento do Contrato de Concessão mencionado na nota 1 constitui uma nova situação e, consequentemente, os efeitos contábeis da sua aplicação foram reconhecidos prospectivamente.

#### b) Normas que ainda não estavam em vigor:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IFRS 7 Contratos de serviços (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços (parágrafos B30 e 42C) atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 5 Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

A Companhia não espera impactos relevantes quando essas normas entrarem em vigor.

### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos registrados nesta categoria, no montante de R\$ 578.648 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 467.630 em 2013) referem-se a títulos de renda fixa (CDB e debêntures), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2014 a variação média estava em 101,57% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, e não possuem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

### 7. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2014			31/12/2013				
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	225.599	152.265	26.778	404.642	224.175	111.520	24.741	360.436
Outras contas a receber	381.512	5.193	19.657	406.362	314.295	3.390	19.246	336.931
Receita não faturada	318.588	—	—	318.588	242.338	—	—	242.338
Parcelamentos de débitos	46.049	5.193	19.657	70.899	39.662	3.390	19.246	62.298
Supridores	19.004	—	—	19.004	23.951	—	—	23.951
Outros	(2.129)	—	—	(2.129)	8.344	—	—	8.344
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.588)	—	(31.848)	(42.436)	(10.712)	—	(32.007)	(42.719)
Total	596.523	157.458	14.587	768.568	527.758	114.910	11.980	654.648
Circulante	568.499	157.458	14.587	740.544	495.507	114.910	11.980	622.397
Não circulante	28.024	—	—	28.024	32.251	—	—	32.251

Em 31 de dezembro de 2014 o giro médio das contas a receber de energia de clientes finais era de 30 dias. A Administração da Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com critérios estabelecidos pelo regulador e que estejam de acordo com as normas contábeis. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplimento de clientes considerados críticos.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

O saldo dos Supridores refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$14.995 referentes a limitares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2013	Adições	Reversão da Provisão	Baixas de Incobráveis	31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.719	45.958	(7.945)	(38.296)	42.436

### 8. VALORES A RECEBER E A DEVOLVER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2014
<b>CVA - Parcela A a receber</b>		<b>194.082</b>	<b>198.757</b>	<b>392.838</b>
Aquisição de Energia		176.575	164.430	341.005
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		2.830	—	2.830
Transporte Rede Básica		6.619	25.185	31.803
Transporte de Energia - Itaipu		30	920	950
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		8.028	8.222	16.250
<b>Outros Itens Financeiros a receber</b>		<b>106.063</b>	<b>288.133</b>	<b>394.197</b>
Quota Parte de Energia Nuclear	8.2	10.606	7.521	18.128
Sobrecontratação de Energia	8.3	91.808	280.612	372.420
CUSD/DIT		93	—	93
Perdas na DIT	8.4	3.556	—	3.556
<b>Total Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>300.145</b>	<b>486.890</b>	<b>787.035</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>503.016</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>284.019</b>

Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2014
<b>CVA - Parcela A a devolver</b>		<b>36.995</b>	<b>161.268</b>	<b>198.263</b>
Custo da Energia de Itaipu		—	34.890	34.890
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		36.995	126.378	163.373
<b>Outros Itens Financeiros a devolver</b>		<b>66.382</b>	<b>122.671</b>	<b>189.053</b>
Neutralidade da Parcela A	8.5	4.689	2.815	7.504
Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica	8.6	61.636	—	61.636
Energia Livre	8.7	—	11.251	11.251
TUSD-G	8.8	—	35.347	35.347
Baixa Renda	8.9	—	73.258	73.258
DIC/FIC		57	—	57
<b>Total Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>103.377</b>	<b>283.939</b>	<b>387.316</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>171.745</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>215.571</b>

A alteração nos Contratos de Concessão mencionada na nota 1 possibilitou o reconhecimento dos saldos relativos à Parcela A e outros itens financeiros, conforme preconizado pelo OCPC 08 (vide nota 5.a). A natureza dos saldos reconhecidos está descrita a seguir:

#### 8.1. Conta de compensação de variação de itens da Parcela A - CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos reconhecidos no momento da fixação da tarifa nas revisões tarifárias e/ou nos reajustes tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.778, de 19 de agosto de 2014, a ANEEL homologou os valores de CVA a receber no montante de R\$ 265.553, que compreendem o período de 27 de agosto de 2013 a 26 de agosto de 2014. O montante da CVA homologada está líquido dos recebimentos ocorridos entre a data da homologação e 31 de dezembro de 2014.

Os saldos em constituição referem-se à apuração do saldo de CVA no período de 27 de agosto a 31 de dezembro de 2014, de acordo com legislação e regras específicas em vigor.

#### 8.2. Quota Parte de Energia Nuclear

Desde de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletro nuclear decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 é rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Homologatória nº 1.778, de 19 de agosto de 2014, homologou o montante a receber de R\$ 17.986, referente ao ano de 2014 (R\$ 8.874) e ao período de janeiro a julho de 2015 (R\$ 9.112) e em 31 de dezembro de 2014 representa o saldo de R\$ 10.606.

O montante de R\$ 7.521, referente ao período de agosto a dezembro de 2015, deverá ser homologado no próximo reajuste tarifário em agosto de 2015.

#### 8.3. Sobrecontratação de Energia

O órgão regulador determina o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, desde que estejam dentro do limite de até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Diferentemente dos itens de CVA, que considera os custos incorridos no período tarifário, este componente financeiro é calculado com base na exposição ao mercado de curto prazo do ano civil anterior à data do reajuste tarifário.

A Resolução Homologatória nº 1.778, de 19 de agosto de 2014, homologou uma exposição ao mercado de curto prazo de 1.881.265 MWh que representou a constituição de ativo no montante de R\$ 323.440, referente ao exercício de 2013, e deduziu os valores já repassados pela CDE à Concessionária no mesmo período, no montante de R\$ 159.417. O Decreto nº 5.163/04, artigo 28, dispõe sobre as regras de comercialização que prevêem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem os CCEARs na modalidade de quantidade de energia. Em relação à exposição por diferenças de preços entre submercados, a ANEEL homologou o valor da exposição a devolver, apurada no exercício de 2013, atualizado pelo IPCA, em R\$ 8.384.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante a receber de sobrecontratação de energia e submercados é de R\$ 91.808. O saldo em constituição de R\$ 280.612, refere-se à exposição involuntária no mercado de curto prazo e diferenças de preços entre submercados, deduzido do repasse CDE e ACR no exercício de 2014.

#### 8.4. Perdas na DIT - Demais Instalações de Transmissão

Em decorrência do Pedido de Reconsideração interposto pela Elektro, que ensejou a alteração do percentual de perdas na rede básica e DIT de uso compartilhado e do recálculo da Sobrecontratação/Exposição da energia do exercício de 2012, cuja análise consta da Nota Técnica nº 265, de 7 de agosto de 2014, foi considerado, no Reajuste Tarifário de 2014, um item financeiro referente às perdas na DIT no valor de R\$ 6.028 a receber, devidamente atualizado pelo IGP-M para agosto de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em amortização é de R\$ 3.556.

#### 8.5. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A

Em conformidade ao disposto na Subcláusula Décima da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior. O total das diferenças a devolver aos consumidores em tarifa referente ao período de agosto de 2013 a julho de 2014, atualizadas pela taxa SELIC, representa um saldo passivo no montante de R\$ 7.947, assim homologado no reajuste tarifário de 2014. O saldo remanescente a amortizar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 4.689.

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo em constituição é de R\$ 2.815 e deverá ser considerado nos próximos processos tarifários.

#### 8.6. Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica

Conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 1.329/12, o ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011, correspondente aos efeitos tarifários retroativos a 27 de agosto de 2011, foi considerado como componente financeiro nos reajustes tarifários subsequentes (anos 2012, 2013 e 2014).

O valor anual da diferença de receita em questão foi devidamente apurado e atualizado mensalmente pela variação do IGP-M até agosto de 2012, perfazendo o montante a devolver total de R\$ 253.447. Com o objetivo de evitar uma redução significativa na tarifa em 2012, a ANEEL permitiu a devolução deste montante em 3 períodos tarifários, sendo a última amortização em julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo restante a amortizar representa passivo no montante de R\$ 61.636.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014**  
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**11.1. Ativo Indenizável (Concessão)**

A Administração entende que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão é utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR estimado ao final do prazo contratual da concessão. Em 31 de dezembro de 2014, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado do exercício. Para mensuração do valor de mercado, considera-se como nível hierárquico 2. Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando dentre outros fatores, a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas. As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão pela taxa média de depreciação dos ativos de máquinas e equipamentos é classificada como redutora do ativo intangível. A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>518.151</b>	<b>(71.854)</b>	<b>11.599</b>	<b>457.896</b>
Transferências de ativo intangível	115.506	-	-	115.506
Adições	-	(770)	-	(770)
Ajustes ao valor justo	-	-	18.814	18.814
Baixas	(1.607)	-	1.112	(495)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>632.050</b>	<b>(71.512)</b>	<b>30.413</b>	<b>590.951</b>
Transferências de ativo intangível	95.394	-	-	95.394
Adições	-	2.191	-	2.191
Ajustes ao valor justo	-	-	11.706	11.706
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>727.444</b>	<b>(69.321)</b>	<b>42.119</b>	<b>700.242</b>

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), já incluído na atual tarifa da Companhia. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 22) e arrecadada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

**11.2. Ativo Intangível**

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	<b>Em Serviço</b>			<b>Em Formação</b>			<b>Total</b>
	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.051.224</b>	<b>(321.527)</b>	<b>(322.625)</b>	<b>1.407.072</b>	<b>309.751</b>	<b>(47.973)</b>	<b>1.668.850</b>
Adições	-	(1.102)	-	(1.102)	349.053	(33.907)	314.044
Baixas	(29.357)	2.412	10.172	(16.773)	-	-	(16.773)
Amortização	-	-	(142.589)	(142.589)	-	-	(142.589)
Transferências	191.589	-	-	191.589	(307.095)	-	(115.506)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.213.456</b>	<b>(320.217)</b>	<b>(455.042)</b>	<b>1.438.197</b>	<b>351.709</b>	<b>(81.880)</b>	<b>1.708.026</b>
Adições	-	2.667	-	2.667	363.133	(72.795)	293.005
Baixas	(29.739)	-	-	(29.739)	-	-	(29.739)
Amortização	-	-	(148.751)	(148.751)	-	-	(148.751)
Transferências	164.699	-	-	164.699	(260.093)	-	(95.394)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.348.416</b>	<b>(317.550)</b>	<b>(603.793)</b>	<b>1.427.073</b>	<b>454.749</b>	<b>(154.675)</b>	<b>1.727.147</b>

**12. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Moeda nacional	449.838	421.384
Supridores de energia elétrica	391.594	354.936
Fornecedores de materiais e serviços	58.244	66.448
Moeda estrangeira	38.233	46.629
Supridores de energia elétrica - Itaipu	38.223	46.629
<b>Total</b>	<b>488.071</b>	<b>468.013</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

<b>Moeda Nacional</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>Condições Gerais</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Garantias</b>
<b>BNDSES</b>	<b>469.954</b>	<b>309.414</b>			
Finame SE 2011	4.341	5.054	5,5% ao ano	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão
Finem CAPEX 2011/2012	125.519	152.805	de TJLP a TJLP + 3,03% ao ano	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	Fiduciária de Direitos
Finem 2013/2014	196.588	-	de TJLP a TJLP + 3,08% ao ano	Início 15/01/2016 até 15/12/2023	Creditórios
Custos com emissão - BNDSES	(300)	(246)			
<b>Eletrobrás</b>					
Eletrobrás - Luz para Todos (1)	72.087	86.030	RGR + 5,0% ao ano (2)	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Finep - 1º Ciclo	-	4.312	TJLP + 0,94% ao ano	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finep - 2º Ciclo	20.980	27.974	4,25% ao ano	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	Carta de Fiança
Finep - 3º Ciclo	5.939	3.816	5,0% ao ano	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	
Finep - 4º Ciclo	17.993	17.993	5,0% ao ano	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Finep - 5º Ciclo	7.804	-	TJLP + 0,5% ao ano de 10% a	Início: 15/10/2016 até 15/10/2022	
Arrendamento mercantil	19.003	11.676	18% ao ano	A partir de 2013 (3)	
<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>688.101</b>	<b>277.349</b>			<b>Carta de Fiança</b>
Banco Europeu de Investimento	344.320	282.762	US\$ + 3,4020% ao ano	31/10/2025	
Swap Empréstimo BEI	(58.373)	(5.205)	CDI - 0,30% ao ano	31/10/2025	
Cédula de Crédito Bancário 4131			Libor 3mL +	17/06/2016	
Bank Of Tokyo	118.243	-	0,8457% (4)		
Swap Cédula Crédito Bancário 4131	(17.892)	-	103,0% do CDI ao ano	17/06/2016	
4131 Bank of Tokyo			Libor 3mL +	09/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Citi	174.942	-	0,7782% (4)		
Swap Cédula Crédito Bancário 4131 Citi	(23.768)	-	103,0% do CDI ao ano	09/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	178.496	-	Libor 3mL +	15/06/2016	
Swap Cédula Crédito Bancário 4131 HSBC	(27.568)	-	0,8500% (4)		
Custos com emissão - Moeda Estrangeira	(299)	(208)	104,9% do CDI ao ano	15/06/2016	
<b>Total</b>	<b>1.158.055</b>	<b>586.763</b>			
Circulante	65.459	60.871			
Não circulante	1.092.596	525.892			

(1) O projeto Luz para Todos está relacionado a dez contratos de financiamento.

(2) Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

(3) Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

(4) Taxa Libor de 3 meses.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo em 31 de dezembro de 2014 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 509.859 em 2016, R\$ 109.636 em 2017, R\$ 100.160 em 2018, R\$ 97.724 em 2019 e R\$ 275.217 após 2019. Em junho de 2014, a Companhia captou, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de curto prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400.000 e com prazo de vencimento de 2 anos. Os pagamentos dos juros serão trimestrais e o pagamento do principal no final do contrato.

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado das operações de financiamento com o Banco BEI e Cédula de Crédito Bancário 4131, para ambas captações foram contratadas operações de swap com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, resultando assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sendo para o BEI um custo final abaixo do CDI em 0,30% e para as linhas de 4131 um custo médio final de 103,7% do CDI.

Esses *hedges* são permanentemente avaliados a fim de verificar se foram altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

No ano de 2014 também foi liberado o montante de R\$ 196.646 referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDSES e Banco do Brasil, firmado em dezembro de 2013 na modalidade FINEM, no montante de R\$ 348.392 destinado à implantação do Plano de Investimentos 2013-2014 com prazo de financiamento de 10 anos e carência de 2 anos e R\$ 11.010 por meio da linha de financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

**Condições Restritivas**

**BNDSES (FINEM):**

A Companhia sempre cumpriu e mantém relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos de financiamentos firmados com o BNDSES.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

**14. DEBÊNTURES**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Pagamento dos juros</b>	<b>Amortização do principal</b>
5ª Emissão	308.210	335.043				
1ª Série	83.601	124.519	12.000	CDI + 0,98% ao ano	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	224.990	211.093	18.000	IPCA + 7,68% ao ano	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(381)	(569)				
6ª Emissão	729.586	697.166				
1ª Série	227.694	226.479	22.000	CDI + 0,74% ao ano	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	116.835	109.629	10.000	IPCA + 5,10% ao ano	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	386.005	362.186	33.000	IPCA + 5,50% ao ano	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(948)	(1.128)				
<b>Total</b>	<b>1.037.796</b>	<b>1.032.209</b>				
Circulante	65.294	63.933				
Não circulante	972.502	968.276				

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo total de custos de emissão a apropriar é de R\$ 1.329 (R\$ 1.697 em 2013), sendo R\$ 346 no curto prazo (R\$ 164 referente à 5ª emissão e R\$ 182 referente à 6ª emissão) e R\$ 983 no longo prazo (R\$ 217 referente à 5ª emissão e R\$ 766 referente à 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 31 de dezembro de 2014 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 222.891 em 2016, R\$ 182.891 em 2017, R\$ 130.427 em 2018, R\$ 57.536 em 2019 e R\$ 379.740 após 2019.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

<b>Características</b>	<b>5ª Emissão</b>	<b>6ª Emissão</b>
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografária, sem garantia	quirografária, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de debêntures.

**Condições Restritivas Financeiras (covenants):**

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

**15. TRIBUTOS A RECOLHER**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, a qual está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

O PIS e a COFINS estão computados à alíquota nominal de 9,25% sob a receita operacional e são reconhecidos pelo regime de competência.

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	93.807	94.901
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.742	16.040
Outros Impostos	6.523	5.445
<b>Total</b>	<b>124.072</b>	<b>116.386</b>

**16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

Em 23 de dezembro de 2014 ocorreu pagamento no montante de R\$ 255.638 que corresponde a R\$ 162.959 referente aos dividendos do exercício de 2013, R\$ 12.687 referente a dividendos intermediários apurados com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2014 e R\$ 79.992 referente a juros sobre capital próprio do exercício social de 2014, líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 14.116. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 3.360 a pagar referente a dividendos mínimos obrigatórios.

**17. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Férias e 13º salário a pagar	19.345	18.635
INSS parte da empresa	9.683	9.003
Participação nos lucros e resultados	18.401	12.917
FGTS	3.341	3.151
Retenções do empregado	3.126	2.841
Outros	434	366
<b>Total</b>	<b>54.330</b>	<b>46.913</b>

**18. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA**

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

<b>Distribuição do recurso</b>	<b>Percentual de distribuição da ROL</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Programa de Eficiência Energética	0,50%	23.810	19.405
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	16.646	18.507
FNDCT	0,20%	829	624
MME	0,10%	413	312
<b>Total</b>		<b>41.698</b>	<b>38.848</b>
Circulante		26.352	8.850
Não circulante		15.346	29.998

**19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**19.1. Planos de Pensão**

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro - PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários, foi adotado o método do crédito unitário projetado. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta *superávit* atuarial de R\$ 205.874 em 31 de dezembro de 2014. O *superávit* atuarial não é reconhecido contabilmente, pois o reconhecimento do ativo atuarial é permitido, dentre outros critérios, somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o *superávit* poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 14% em 31 de dezembro de 2014, não permitindo, portanto, o reconhecimento contá

—\* continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### Provisão para ações judiciais e regulatórias

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2013	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2014
Cíveis e ambientais	110.986	24.309	5.935	(11.776)	(5.421)	124.033
Tributárias	31.258	471	2.578	(2.382)	—	31.925
Trabalhistas	24.783	9.915	2.811	(7.185)	(2.536)	27.788
Desapropriações e servidões	10.833	661	1.301	(548)	(505)	11.742
Regulatórias	24.873	3.898	—	(5.171)	—	23.600
Total das provisões	202.733	39.254	12.625	(27.062)	(8.462)	219.088

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias, envolvendo discussões relativas a exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

### Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias

A Elektro mantém provisão no montante de R\$ 92.673, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 87.346 em 31 de dezembro de 2013) para suportar ações de cobrança movidas por concessionárias de rodovias estaduais. A Companhia é impedida de atuar livremente para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias, razão pela qual ajuizou duas ações contra Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais. Decisões desfavoráveis foram julgadas em diferentes instâncias, motivo pelo qual os assessores jurídicos da Companhia não alteraram o prognóstico de perda da causa.

### Provisões Tributárias

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 30.586 (R\$ 28.588 em 31 de dezembro de 2013).

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

### Contingências passivas com avaliação de risco possível

Segue demonstrativo dos processos cujo risco de perda é possível e, portanto, não possuem provisões registradas em 31 de dezembro de 2014:

### Contingências com Risco Possível

	31/12/2014	31/12/2013
Tributárias <sup>(i)</sup>	444.148	412.210
Previdenciárias <sup>(ii)</sup>	84.726	81.501
Cíveis	26.499	42.473
Trabalhistas	14.863	15.666
Ambientais, desapropriação e servidão de passagem	6.009	5.083
	<u>576.245</u>	<u>556.933</u>

(i) Destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o Livro Registro de Auração do ICMS; suposto crédito indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto crédito indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela do imposto de renda no FINAM; retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP; compensação de saldo negativo de IRPJ/ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo.

(ii) Refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados.

Adicionalmente, em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro interpôs recurso ao STF sobre a questão e, considerando que o Supremo Tribunal reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso permanece possível.

## 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

### 21.1. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 2013) tem a seguinte composição: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.

### 21.2. Reserva de lucros

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a reserva de lucros, somada às demais reservas, superaram 30% do capital social.

### Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 20 de março de 2014 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 162.959, referente ao exercício de 2013 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 23 de dezembro de 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2014, foi aprovada a distribuição aos acionistas de dividendos intermediários no valor de R\$ 12.687, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2014. O pagamento do juros sobre capital próprio e dos dividendos intermediários foi efetuado em uma única parcela em 23 de dezembro de 2014. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação	Tipo	Quantidade	Dividendos Intermediários	
			R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais		101.878.293	6.971	0,068428041
Ordinárias		91.880.972	5.716	0,062207310
Total		<u>193.759.265</u>	<u>12.687</u>	

Na mesma reunião o Conselho de Administração aprovou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 94.108, cujo pagamento ocorreu em 23 de dezembro de 2014. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação	Tipo	Quantidade	JSCP	
			R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais		101.878.293	51.711	0,507575652
Ordinárias		91.880.972	42.397	0,461432411
Total		<u>193.759.265</u>	<u>94.108</u>	

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.360. A tabela a seguir demonstra os valores por ação:

Ações em Circulação	Tipo	Quantidade	Dividendos Mínimos Obrigatórios	
			R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais		101.878.293	1.846	0,018121248
Ordinárias		91.880.972	1.514	0,016473862
Total		<u>193.759.265</u>	<u>3.360</u>	

Após o final do exercício de 2014, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 330.463 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, deduzido os dividendos intermediários, dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2015 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação	Tipo	Quantidade	Dividendos Propostos	
			R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais		101.878.293	181.585	1,782374822
Ordinárias		91.880.972	148.878	1,620340747
Total		<u>193.759.265</u>	<u>330.463</u>	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	439.030	323.694
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112,066	112,066
Denominador para lucros básicos por ação ordinária	203,947	203,947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	2,1527	1,5871
10% - Ações preferenciais	0,2153	0,1587
Lucro básico e diluído por ação preferencial	2,3679	1,7459

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão das Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados. Em 31 de dezembro existem dois contratos em vigor no montante de R\$ 11.476 (R\$ 7.094 em 2013).

## 22. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação "custo mais margem" (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, nas concessões de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

	Nota Explicativa	2014			2013		
		Nº de consumidores	MWh (°)	R\$	Nº de consumidores	MWh (°)	R\$
Receitas operacionais		2.439.260	12.917.419	6.467.216	2.372.422	12.435.814	4.817.367
Fornecimento para consumidores		2.439.260	12.917.419	5.106.943	2.372.422	12.435.814	4.057.352
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	—	—	399.719	—	—	—
Outras receitas		—	—	960.554	—	—	760.015
CCEE		—	—	191.649	—	—	41.467
Receita de uso do sistema de distribuição		—	—	140.085	—	—	156.003
Remuneração do ativo financeiro (WACC)		—	—	72.175	—	—	58.542
Receita de construção	10,3	—	—	295.195	—	—	313.274
Outras receitas		—	—	261.450	—	—	190.729
Deduções às receitas operacionais		—	—	(1.704.401)	—	—	(1.268.033)
Quota para a reserva global de reversão - RGR		—	—	—	—	—	(2.266)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC		—	—	—	—	—	(9.876)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE		—	—	(77.672)	—	—	(46.211)
ICMS sobre fornecimento		—	—	(957.776)	—	—	(756.259)
COFINS		—	—	(497.035)	—	—	(350.038)
PIS		—	—	(109.307)	—	—	(75.994)
Programa de P&D e eficiência energética		—	—	(41.127)	—	—	(32.321)
Outros		—	—	(22.884)	—	—	4.932
Total		<u>2.439.260</u>	<u>12.917.419</u>	<u>4.762.815</u>	<u>2.372.422</u>	<u>12.435.814</u>	<u>3.549.334</u>

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## 23. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2014		2013	
	MWh (°)	R\$	MWh (°)	R\$
Supridores de energia	14.968.181	2.927.936	14.404.990	1.983.552
Itaipu Binacional (**)	3.067.867	418.189	2.892.699	360.739
(-) Repasse CDE - CVA Energia	—	—	—	(16.722)
Contratos bilaterais	—	—	82.369	15.795
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	8.861.603	2.229.000	8.637.677	1.180.007
(-) Repasse CDE - CVA Energia	—	—	—	(149.158)
Mercado SPOT	1.398.167	1.051.038	1.361.290	509.042
(-) Repasse CDE - Cotas	—	(100.161)	—	(150.831)
(-) Conta - ACR	—	(963.174)	—	—
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	1.058.227	123.646	1.043.396	108.989
Geração Distribuída	268.838	43.431	67.291	10.942
PROINFRA	313.479	106.120	320.268	98.728
Uso do transporte de energia	—	19.847	—	16.021
Outros custos de energia	—	355.554	—	292.584
ONS - Uso da rede básica	—	251.720	—	198.515
CTEEP - Encargos de conexão	—	26.377	—	24.715
Encargos de serviços do sistema - ESS	—	43.689	—	217.821
(-) Repasse CDE - ESS	—	—	—	(148.467)
Risco hidrológico	—	33.768	—	—
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	—	(271.002)	—	(198.858)
Total	<u>14.968.181</u>	<u>3.012.488</u>	<u>14.404.990</u>	<u>2.077.278</u>

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

## 24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Gastos com pessoal	264.791	248.386
Gastos com serviços de terceiros	117.777	112.450
Gastos com materiais	36.991	35.831
Outras despesas operacionais líquidas	133.593	115.005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	21.106	20.399
Despesas com arrecadação bancária	16.406	15.290
Provisões para ações judiciais e regulatórias	13.461	10.193
Aluguéis e seguros	13.515	15.455
Perda na desativação e alienação de bens líquida	14.199	10.031
Taxas e contribuições	12.481	12.866
Telefonia e telecomunicações	14.207	9.926
Despesas com viagens	9.111	8.275
Outras	19.107	12.570
	<u>553.152</u>	<u>511.672</u>
Custo da operação	394.631	361.027
Despesas gerais e administrativas	73.572	60.539
Outras despesas operacionais	68.427	74.602
Despesas com vendas	16.522	15.504
	<u>553.152</u>	<u>511.672</u>

## 25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2014	2013
Receitas	138.827	124.203
Aplicações financeiras	59.378	36.783
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	45.970	42.034
Atualizações monetárias e cambiais	15.589	22.398
Atualização do Ativo Financeiro	11.707	18.814
Outras receitas financeiras	6.183	4.174
Despesas financeiras	(253.047)	(174.417)
Juros sobre debêntures	(80.699)	(70.724)
Atualizações monetárias e cambiais	(64.931)	(58.160)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(64.238)	(19.012)
Outras despesas financeiras	(43.179)	(26.521)
Total	<u>(114.220)</u>	<u>(50.214)</u>

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Adicionalmente, a Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação da Lei nº 12.973/14, e concluiu que não há efeitos significativos nas suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

### Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

|--|

—\* continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

### 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

**Ativo indenizável (concessão):** vide nota 11.1. Nível hierárquico 2.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

**Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e derivativos:** A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota 13.

Os empréstimos contratados em moeda estrangeira foram considerados como itens objeto de *hedge* (*hedge accounting*), e contabilizados pelos seus valores justos, com vistas à proteção do risco de variação cambial. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas e descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge*. Nível hierárquico 2.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª Emissão de Debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

**Demais ativos e passivos financeiros:** Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/12/2014			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	578.648	578.648	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	768.568	768.568	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	787.035	787.035	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	18.247	18.247	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	700.242	700.242	Valor justo	Disponível para venda
<b>Total ativo</b>	<b>2.852.740</b>	<b>2.852.740</b>		

	31/12/2014			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(488.071)	(488.071)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(450.951)	(424.027)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(815.702)	(815.702)	Valor justo	Objeto de <i>Hedge</i>
Operações de <i>swap</i>	127.601	127.601	Valor justo	Instrumento de <i>Hedge</i>
Debêntures*	(1.037.796)	(1.019.162)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(19.003)	(19.003)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(387.316)	(387.316)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
<b>Total passivo</b>	<b>(3.071.238)</b>	<b>(3.025.680)</b>		

\* Valor de mercado demonstrado é informativo.

#### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativa (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual. Nas atividades da Companhia, é considerado risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais passaram a ter seus efeitos neutralizados no resultado financeiro da Companhia, a partir do reconhecimento dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros e sempre foram repassados à tarifa, tendo efeitos temporários sobre o caixa (vide Nota 8). Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

#### Variação das taxas de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses dos indicadores projetados abaixo as expectativas divulgadas no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2014, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 26 de setembro de 2014: 11,16%, 5,65% e 6,33% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 5,00% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Aplicações Financeiras	544.594	Variação CDI	67.911	84.889	101.866
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(83.601)	Variação CDI	(10.425)	(13.031)	(15.638)
Empréstimo <sup>(1)</sup>	(688.101)	Variação CDI	(85.843)	(107.304)	(128.765)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(227.694)	Variação CDI	(28.394)	(35.492)	(42.590)
	(454.802)		(56.751)	(70.938)	(85.127)
Ativo Indenizável <sup>(2)</sup>	700.242	Variação IGP-M	40.474	50.592	60.711
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(224.990)	Variação IPCA	(13.746)	(17.183)	(20.619)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(116.835)	Variação IPCA	(7.180)	(8.975)	(10.770)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(386.005)	Variação IPCA	(23.699)	(29.624)	(35.549)
Financiamentos - Finep 5º ciclo	(7.804)	Variação TJLP	(22)	(28)	(33)
Financiamentos - BNDES Redução (aumento)	(322.107)	Variação TJLP	(16.318)	(20.398)	(24.477)
			(77.242)	(96.554)	(115.864)

<sup>(1)</sup> A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a Companhia possui uma operação de *swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

<sup>(2)</sup> Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e variação do IGP-M.

#### Risco de Inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do contas a receber vencido apresentou aumento de R\$ 44.996 quando comparado com 31 de dezembro de 2013. O índice de inadimplência no encerramento do exercício foi de 4,1% (3,9% em 31 de dezembro de 2013).

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

#### Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas através de Audiência Pública e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

#### Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

#### Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2014. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual anual de 9,3% em 2014, decorrente da: (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do Leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13; (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL; (iii) pela falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho de 2013, que previa o suprimento de energia no período entre julho de 2013 e junho de 2014; (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013 e (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento do CCEAR devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinação da ANEEL.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

A necessidade de contratação de energia decorrente da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente, foi parcialmente atendida através do 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed com início do suprimento a partir de maio de 2014.

Assim, o suprimento de energia para a Elektro foi realizado: (i) 59,2% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado; (ii) 20,5% da energia compulsória proveniente de Itaipu; (iii) 9,3% decorreram de compras no mercado *spot*; (iv) 2,1% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e (v) 8,9% provenientes de outras fontes, tais como Contratos de Cotas decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783/13 e também por compra de energia de Geração Distribuída.

Para os próximos anos, parte do volume necessário para suprir o nosso mercado já foi adquirido em leilões ocorridos em anos anteriores, assim como nos leilões realizados em 2014 e 2015: (i) 19º Leilão de Energia Nova A-3, ocorrido em 6 de junho de 2014, com a aquisição de 5,77 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2017; (ii) 20º Leilão de Energia Nova A-5, ocorrido em 28 de novembro de 2014, com a aquisição de 119,98 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2019; (iii) 14º Leilão de Energia Existente A-1 ocorrido em 05 de dezembro de 2014, com a aquisição de 27,96 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2015; (iv) em 15 de janeiro de 2015 ocorreu o 18º Leilão de Ajuste com a aquisição de 51,3 MWmed, sendo: 4,5 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 31 de março de 2015 e 46,7 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 e (v) alocação de novas cotas de garantia física a partir de 2015 devido ao fim da vigência dos contratos de geração principalmente a partir de julho de 2015.

O restante deverá ser contratado através de leilões específicos a serem realizados a partir de 2015, conforme previsto na legislação vigente ou através de outros mecanismos de compra de energia disponíveis.

#### Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 108 subestações (SE), a automação do comando de 1.139 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas, bem como a implantação de 104 sistemas de auto restabelecimento *'Self Healings'*, que transferem de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração. Esses sistemas beneficiam atualmente 75 municípios e 265.000 consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 20 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a modernização de 458 disjuntores e a instalação de 2,2 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 9 anos.

#### Risco de racionamento

A Elektro, por ser uma empresa distribuidora, depende diretamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração para atender seus consumidores. A matriz energética brasileira é composta principalmente por hidrelétricas, o que implica em uma forte dependência do volume de chuva incidente nos reservatórios e sua capacidade de armazenamento. Devido a baixa afluência ocorrida ao longo de 2014, inclusive no período chuvoso (a Energia Natural Afluente - ENA do mês de dezembro/14 realizou em 84% da média histórica), atualmente os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste apresentam um baixo índice de volume armazenado (aproximadamente 17% da capacidade). A Companhia espera que seu equilíbrio econômico-financeiro seja mantido, mesmo em um cenário de eventuais medidas de redução, racionalização de consumo ou fornecimento de energia.

#### Índices financeiros

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações/variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	2,6562	2,3426
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-13,39%	-14,64%
IGP-M	3,69%	5,53%
IPCA	6,41%	5,91%
TJLP	5,12%	5,00%
Selic	10,91%	8,22%
CDI	10,84%	8,17%

<sup>(1)</sup> Cotação em 31 de dezembro de 2014.

## Conselho de Administração

<b>Presidente</b>	
Francisco Javier Villalba Sanchez	
<b>Conselheiros</b>	
Eduardo Capelastegui Saiz	Justo Garzon Ortega
Mario José Ruiz-Tagle Larrain	Juan Manuel Eguigary Ucelay
Fernando Arronte Villegas	Luiz Carlos Silva

## Diretoria

<b>Marcio Henrique Fernandes</b>		
Diretor Presidente		Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia
<b>Simone A. Borsato Simão</b>		
Diretora Executiva de Controladoria, Financeira e de Relações com Investidores		
<b>André Augusto Telles Moreira</b>		
Diretor Executivo de Operações		
<b>Cristiane da Costa Fernandes</b>		
Diretora Executiva de Assuntos Regulatórios e Institucionais		
<b>João Gilberto Mazzon</b>		
		<b>Jessica de Camargo Reaach</b>
		Diretora Executiva Jurídica
		<b>Talita Mendes Masson</b>
		Gerente Executiva de Controladoria
		<b>Wedson Romero Peres</b>
		Contador - CRC 1SP222804/O-9

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**

Campinas - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**ERNST & YOUNG**

**Auditores Independentes S.S.**

CRC-2SP015199/O-6

**Luís A. Marini**

Contador CRC 1SP182975/O-5

**Adilvo França Júnior**

Contador CRC 1BA021419/O-4-S-SP

## Distribuir a melhor energia. É assim que a nossa história evolui.

Na Elektro somos mais de 3.700 colaboradores capazes de praticar, melhorar e compartilhar o que sabemos, construindo uma empresa mais humana e sustentável. Somos a melhor empresa para trabalhar do país, a mais sustentável do setor de energia e a vencedora do Prêmio Iberoamericano da Qualidade. Conquistas que comprovam que felicidade gera resultados.

